



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

REQUERIMENTO Nº , DE 2018 **(Do Senhor NILSON PINTO)**

Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública conjunta da CINDRA e da CMADS, para discutir o vazamento de resíduos tóxicos por mineradora da Noruega em rio no Pará.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) para discutir o vazamento de resíduos tóxicos de mineração por empresa da Noruega em rio no Estado do Pará

JUSTIFICAÇÃO

Em junho do ano passado, a gigante Hydro Alunorte, empresa controlada pelo governo norueguês foi alvo de uma série de denúncias do Ministério Público Federal (MPF) do Pará e de quase 2 mil processos judiciais por contaminação de rios e comunidades de Barcarena (PA).

De acordo com o Ibama, até a presente data, a empresa não pagou as multas estipuladas em R\$ 17 milhões, após outro transbordamento de lama tóxica, em 2009. O Ibama informou ainda que este vazamento pôs a população local em risco e gerou "mortandade de peixes e destruição significativa da biodiversidade".

Em março, a mineradora norueguesa pediu desculpas à população de Barcarena e decidiu ampliar a reavaliação dos sistemas de tratamento de água e de gerenciamento de efluentes para toda a área da refinaria que funciona na cidade da região metropolitana de Belém, após ser novamente autuada pelo lançamento de resíduos tóxicos no Rio Pará.

A Hydro Alunorte é a maior refinaria de alumina do mundo. Emprega cerca de 2 mil pessoas e tem uma capacidade nominal de 6,3 milhões de toneladas por ano. O vazamento dos dejetos tóxicos foi denunciado por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

moradores de Barcarena, que, entre os dias 16 e 18 de fevereiro, notaram a alteração na cor da água de igarapés e de um rio. Dias depois, o Instituto Evandro Chagas, do Ministério da Saúde, divulgou um laudo preliminar apontando que houve transbordamento dos depósitos de resíduos tóxicos, colocando em risco a saúde de moradores de ao menos três comunidades próximas.

As primeiras análises de amostras do material colhido no local apontaram a presença de níveis elevados de chumbo, alumínio, sódio e outras substâncias prejudiciais à saúde humana e animal.

Curiosamente, também em junho de 2017, em plena viagem oficial do presidente Michel Temer a Oslo, o governo da Noruega anunciou o corte de 50% dos recursos enviados ao Brasil para projetos de combate ao desmatamento na Amazônia.

A Noruega é o maior doador ao Fundo da Amazônia e já destinou ao Brasil US\$ 1,1 bilhão entre 2009 e 2016. Mas, para este ano, a liberação de recursos será reexaminada. Em carta enviada pelos noruegueses ao governo brasileiro, o alerta estava claro de que o dinheiro poderia secar diante do desmatamento.

Nos parece uma enorme incoerência que o governo da Noruega, dono da empresa que poluiu gravemente um rio na Amazônia, decida punir o país por eventuais falhas em suas políticas ambientais. Para discutir esta e outras questões que envolvem a atuação da referida empresa brasileira na região amazônica é que proponho a realização dessa audiência pública conjunta, com a presença de autoridades federais e locais; acadêmicos; e especialistas no tema.

Sala da Comissão, em de abril de 2018.

Deputado **NILSON PINTO**
PSDB/PA